

RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

SENADO FEDERAL

Plenário – 28/08, às 14h e 29/08, às 14h

Nesta semana, a Presidência do Senado Federal convocou sessões deliberativas na segunda-feira (29/08) e na terça-feira (30/08), para a apreciação e deliberação de proposições legislativas. Entre as matérias com discussão prevista para segunda-feira, destacam-se:

- **PL 2.033/2022**, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, para estabelecer hipóteses de cobertura de exames ou tratamentos de saúde que não estão incluídos no rol de procedimentos e eventos em saúde suplementar;
- **PL 1.212/2022**, que altera o Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), para modificar quóruns de deliberação dos sócios da sociedade limitada previstos nos arts. 1.061, 1.063 e 1.076;
- **PL 1.884/2022**, que redefine os limites do Parque Nacional da Serra dos Órgãos.

Na terça-feira (30/08) serão apreciadas e deliberadas as Medidas Provisórias deliberadas na Câmara dos Deputados, são elas:

- **MP 1.114/2022**, que permite o uso do Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab) para os financiamentos do programa Casa Verde e Amarela. O fundo foi criado para o programa Minha Casa, Minha Vida. Ele garante o financiamento e é utilizado para pagamento de prestações em caso de desemprego, morte ou invalidez permanente;
- **MP 1.115/2022**, que eleva em 1% a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras (como bancos e corretoras de câmbio), companhias de seguro e de capitalização até 31 de dezembro de 2022. Os bancos vão pagar 21% de CSLL; e as demais instituições, 16%;

- **MP 1.116/2022**, que cria o Programa Emprega + Mulheres e Jovens, com a criação de incentivos de contratação desses públicos;
- **MP 1.117/2022**, que altera regras para o cálculo do frete rodoviário de cargas. Permite que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) atualize os valores mínimos sempre que houver oscilação superior a 5% no preço do óleo diesel, em vez de 10%, como previsto;
- **MP 1.118/2022**, que anula até o fim do ano de 2022 os créditos tributários para empresas que compram combustível para uso próprio (empresas de ônibus, de aviação e transportadoras, entre outras);
- **MP 1.119/2022**, que reabre prazo para migração dos servidores públicos federais para o regime de previdência complementar, atualiza o cálculo do benefício especial e altera regras da Funpresp.

Também nesta terça-feira serão deliberadas as indicações das 02 vagas destinadas ao Senado Federal para compor o Conselho da República.

Resultado: O Plenário do Senado Federal aprovou nesta segunda-feira (29/08) o **PL 2.033/2022**, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, para estabelecer hipóteses de cobertura de exames ou tratamentos de saúde que não estão incluídos no rol de procedimentos e eventos em saúde suplementar, e o **PL 1.212/2022**, que altera o Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), para modificar quóruns de deliberação dos sócios da sociedade limitada previstos nos arts. 1.061, 1.063 e 1.076. Ambas as proposições irão à sanção presidencial.

Já na terça-feira (30/08), foram aprovadas a **MP 1.114/2022**, que permite o uso do Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab) para os financiamentos do programa Casa Verde e Amarela. O fundo foi criado para o programa Minha Casa, Minha Vida, que vai à sanção presidencial por modificações realizadas no âmbito do Congresso Nacional; e a **MP 1.115/2022**, que eleva em 1% a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de

instituições financeiras (como bancos e corretoras de câmbio), companhias de seguro e de capitalização até 31 de dezembro de 2022, indo à promulgação.

Na quarta-feira (31/08) foram aprovadas: a **MP 1.116/2022**, que cria o Programa Emprega + Mulheres e Jovens, com a criação de incentivos de contratação desses públicos, que vai à sanção presidencial por modificações realizadas no âmbito do Congresso Nacional; e a **MP 1.117/2022**, que altera regras para o cálculo do frete rodoviário de cargas e permite que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) atualize os valores mínimos sempre que houver oscilação superior a 5% no preço do óleo diesel, em vez de 10%, como previsto. A matéria vai à promulgação.

Nesta mesma sessão, foi aprovado o **PL 1.884/2022**, que redefine os limites do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, matéria que também vai à sanção presidencial.

A **MP 1.118/2022**, que anula até o fim do ano créditos tributários para empresas que compram combustível para uso próprio (empresas de ônibus, de aviação e transportadoras, entre outras) e a **MP 1.119/2022**, que reabre prazo para migração dos servidores públicos federais para o regime de previdência complementar, atualiza o cálculo do benefício especial e altera regras da Funpresp, apesar de deliberadas na Câmara dos Deputados, não foram apreciadas pelo Senado Federal.

**Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa
do Consumidor - 30/08 – 10h – Plenário 6**

Está prevista Audiência Pública para debater os temas: “O conflito de opiniões sobre o inquérito 4781” e “A violação do devido processo legal, dos direitos e garantias individuais e o do sistema acusatório”.

Convidados:

- **Alexandre de Moraes** - Ministro de Supremo Tribunal Federal;
- **Antônio Augusto Brandão de Aras** - Procurador-Geral da República;

- **Raquel Elias Ferreira Dodge** - Subprocuradora-Geral da República;
- **Sérgio Fernando Raimundo Harfouche** - Procurador de Justiça do Mato Grosso do Sul;
- **César Dario Mariano da Silva** - Procurador de Justiça do Ministério Público de São Paulo;
- **Deltan Martinazzo Dallagnol** - Ex-Procurador da República;
- **Valmir Pontes** - Advogado e Jurista;
- **Ives Gandra Martins** - Advogado e Jurista;
- **Bruno Bianco Leal** - Advogado Geral da União.

Resultado: Reunião realizada, sem a presença dos representantes da PGR.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 29/08 a 01/09.

O Plenário da Câmara dos Deputados realizará sessões deliberativas de segunda-feira a quinta-feira desta semana, como esforço concentrado pelo período eleitoral. Dentre as matérias pautadas, há 06 Medidas Provisórias que, se deliberadas, também as serão no plenário do Senado Federal ainda nesta semana:

- **MP 1.114/2022**, que permite o uso do Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab) para os financiamentos do programa Casa Verde e Amarela. O fundo foi criado para o programa Minha Casa, Minha Vida. Ele garante o financiamento e é utilizado para pagamento de prestações em caso de desemprego, morte ou invalidez permanente;
- **MP 1.115/2022**, que eleva em 1% a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras (como bancos e corretoras de câmbio), companhias de seguro e de capitalização até 31 de dezembro de 2022. Os bancos vão pagar 21% de CSLL; e as demais instituições, 16%;
- **MP 1.116/2022**, que cria o Programa Emprega + Mulheres e Jovens, com a criação de incentivos de contratação desses públicos;

- **MP 1.117/2022**, que altera regras para o cálculo do frete rodoviário de cargas. Permite que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) atualize os valores mínimos sempre que houver oscilação superior a 5% no preço do óleo diesel, em vez de 10%, como previsto;
- **MP 1.118/2022**, que anula até o fim do ano de 2022 os créditos tributários para empresas que compram combustível para uso próprio (empresas de ônibus, de aviação e transportadoras, entre outras);
- **MP 1.119/2022**, que reabre prazo para migração dos servidores públicos federais para o regime de previdência complementar, atualiza o cálculo do benefício especial e altera regras da Funpresp.

Outras matérias também estão inseridas na pauta da semana, dentre elas, destacam-se:

- **PL 4.401/2021**, que dispõe sobre a prestadora de serviços de ativos virtuais; e altera o Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), e as Leis nºs 7.492, de 16 de junho de 1986, e 9.613, de 3 de março de 1998, para incluir a prestadora de serviços de ativos virtuais no rol de instituições sujeitas às suas disposições;
- **PL 1.776/2015**, que inclui no rol de crimes hediondos os crimes de pedofilia;
- **PL 1.742/2022**, que altera o Código Penal (Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940), para prever a perda de cargo, emprego, função pública ou mandato eletivo para os apenados por crimes de violência contra a mulher.

Resultado: O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, na sessão deliberativa de terça-feira (30/08) a **MP 1.114/2022**, que permite o uso do Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab) para os financiamentos do programa Casa Verde e Amarela, com emendas; a **MP 1.115/2022**, que eleva em 1% a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras (como bancos e corretoras de câmbio), companhias de seguro e de capitalização até 31 de dezembro de 2022; a **MP 1.116/2022**, que cria o Programa Emprega+ Mulheres e Jovens, com a criação de incentivos de contratação desses públicos, com emendas; e a **MP 1.117/2022**, que altera regras para o cálculo do frete rodoviário de

cargas. Permite que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) atualize os valores mínimos sempre que houver oscilação superior a 5% no preço do óleo diesel, em vez de 10%, como previsto.

Na quarta-feira (31/08) foi deliberada a **MP 1.118/2022**, que anula até o fim do ano créditos tributários para empresas que compram combustível para uso próprio (empresas de ônibus, de aviação e transportadoras, entre outras) e a **MP 1.119/2022**, que reabre prazo para migração dos servidores públicos federais para o regime de previdência complementar, atualiza o cálculo do benefício especial e altera regras da Funpresp, ambas foram aprovadas com modificações. Todas as MPs foram enviadas ao Senado Federal para deliberação.

As demais matérias destacadas não foram analisadas.

<p>Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – 30/08 – 9h - Plenário 10</p>

PL 1.395/2021, que acrescenta o §3º ao artigo 3º e os artigos 15-A, 21-A, 21-B, 25-A e 25-B à lei nº 12.850 de 2 de agosto de 2013 (Lei de Combate às Organizações Criminosas).

O relator, Deputado Delegado Pablo (UNIÃO/AM), apresentou parecer pela aprovação, com emenda.

Resultado: O item foi retirado de pauta.

PL 2.418/2019, que altera a Lei nº 12.965/2014, para criar obrigação de monitoramento de atividades terroristas e crimes hediondos a provedores de aplicações de Internet.

O relator, Deputado Delegado Pablo (UNIÃO/AM), apresentou parecer pela aprovação, com emendas.

Resultado: O item foi retirado de pauta.

Comissão de Constituição e Justiça – 30/08, às 13h e 31/08, às 9h - Plenário

01

PL 4.895/2020, que altera o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 para criar o crime de “Intimidação violenta”.

A relatora, Deputada Margarete Coelho (PP/PI), apresentou parecer pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

Comissão de Seguridade Social e Família - 31/08 – 9h – Plenário 07

PL 2.857/2019, que altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer aumento da pena ao crime de aliciamento de crianças e adolescentes pelo uso de aplicativo de comunicação via internet.

A relatora, Dep. Dulce Miranda (MDB-TO), apresentou parecer pela aprovação deste, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.